

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A Mulher na Gestão da Educação. Compreensões baseadas nos escritos de Bourdieu.

The Woman in the Management of Education. Understandings based on Bourdieu's writings.

**Raquel Lopes Correia Santos
Universidade Federal Do Piauí(UFPI)**

RESUMO

Este texto aborda a problemática do processo de inserção da Mulher nos espaços escolares no Brasil, tanto enquanto aluna como profissional da educação, isto é, em situações do mercado de trabalho deste ramo: professora, diretora, supervisora, sob a ótica do gênero. Nesta etapa do trabalho optamos por uma abordagem histórica, levantando documentos variados e nos apoiando em bibliografia já produzida sobre o assunto. Para melhor compreensão do tema, a primeira parte volta-se à análise dos aspectos conceituais da Educação segundo Bourdieu, explicitando os conceitos de Capital Cultural, Social e Habitus. Sendo que logo depois debruçamo-nos sobre Mulher/Gênero e sua correlação de poder no bojo da sociedade que ora vivenciamos.

Palavras-Chave: Educação. Mulher/Gênero. Gestão Escolar.

ABSTRACT

This text addresses the problem of the process of insertion of women in school spaces in Brazil, both as a student and as a professional in education, that is, in labor market situations in this branch: teacher, director, supervisor, from a gender perspective. In this stage of the work we opted for a historical approach, raising varied documents and supporting us in bibliography already produced on the subject. For a better understanding of the theme, the first part returns to the analysis of the conceptual aspects of Education according to Bourdieu, explaining the concepts of Cultural Capital, Social and Habitus. Being that soon after we look at Woman / Gender and its correlation of power in the bulge of the society that we now live.

Keywords: Education. Women / Gender. School management.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



1 INTRODUÇÃO

A mulher contemporânea exerce papéis sociais cada vez mais diversificados. A inserção delas no mundo do trabalho e no interior da gestão das políticas públicas é um exemplo desta situação. Por isso, o presente trabalho propõe-se a investigar a atuação da Mulher como gestora, no interior da Política Pública de Educação. Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo IBGE/2013, apesar das mulheres representarem a maioria da população e do eleitorado, não é a maioria da população economicamente ativa¹ e permanecem como minoria nos cargos de poder na iniciativa pública ou privada.

No que concerne a Educação, a pesquisa Trajetória da Mulher na Educação Brasileira 1996 a 2003, apresenta que "elas são maioria em quase todos os níveis de ensino, especialmente nas universidades; têm um tempo médio de estudos superior ao dos homens, tornando-se cada dia mais alfabetizadas" (p. 49). Mas nem sempre foi assim, ao longo da história, não é difícil perceber a pouca preocupação de uma política de Estado formadora e de viés transformador, em especial as Mulheres.

Frente a tais dados nos questionamos como ocorreu a inserção da Mulher na Educação – tanto como estudante como enquanto trabalhadora? Para isso nos valem os estudos de Bourdieu sobre Educação e Poder, além de focar essa inserção mediante análise das autoras feministas da segunda metade do século XX correlacionando os conceitos de Gênero e Poder.

2 A EDUCAÇÃO EM BOURDIEU

Durante muito tempo, em especial do início do séc. XX até meados dos anos 1960, a ideia predominante nas ciências sociais no que concerne a Educação era funcionalista e

¹ Dados provenientes do Censo Demográfico/IBGE 2013.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



acreditava na educação pública como forma de superação das desigualdades sociais que alicerçavam as relações de poder neste período. Bourdieu (1988a.) rompe com as ideias advindas escola libertadora para defender que a estrutura social que vivenciamos é, na verdade, um sistema que acomoda relações de poder e privilégio, hierarquizando grupos sociais distintos - por meio desde a renda dos indivíduos ou grupos - poder econômico - mas que não se limita a isso. Já que perpassa também relações culturais, de maneira direta correlacionada com a escolarização e, por fim, as relações simbólicas de poder e mando que levam em conta os status das pessoas no interior da sociedade em que vivem. Isto é, o autor defende que a posição de privilégio ou não-privilégio dos sujeitos e seus pares são fundamentalmente expressos pela soma dos Capitais incorporados ou adquiridos no decorrer de suas trajetórias sociais. Sendo assim, a escola nesse contexto seria, antes de tudo, um forte mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e não um meio para emancipação humana.

É salutar ao tratarmos conceito de Educação, tendo como base a instituição escolar, tendo como base Bourdieu (1998) observar que para o autor o espaço social é um campo de lutas no qual os atores tanto individuais quanto grupos socialmente organizados elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Estas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital. É nesse sentido que o descreve alguns conceitos de fundamental importância para tal análise, como os de capital cultural e social.

Para Capital Cultural temos a série de relações que o indivíduo faz ao longo da vida especialmente por meio da família e da escola *e se deixa apreender entre o nível cultural global da família e o êxito escolar da criança.* (Bourdieu, 1998a. p. 42).

Já em relação a Capital Social temos:

é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos) mas que são unidos por ligações permanentes e úteis. (Bourdieu, 1998a. p. 67.)

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Dito de outra forma, o Capital Cultural se apresenta por meio de toda a experiência vivenciada pelo sujeito, seja em seu meio familiar, seja por interações comunitárias. Já o Capital Social, pode ser de maneira geral, compreendido como as interrelações existentes alguém e seus pares de modo a alcançar consequências positivas para ambos os lados, sendo também relações permanentes e úteis. Nesse contexto, é fácil constatar que o universo de estudantes que adentram a escola pública, e porque não dizer também os profissionais que lá atuam, não poderia ser cobrado a desempenhar os mesmos rendimentos e efetivas compreensões já que trazem consigo toda uma bagagem, não somente cultural, mas social diferente.

Por isso, o autor também salienta que o sucesso no âmbito escolar não depende somente do Capital Financeiro investido naquele espaço, mas chama a atenção para outros fatores estruturantes da formação do estudante. Isto é, explica que o tempo disponibilizado para a cultura escolar – não somente dentro dos muros institucionais, mas ao longo da vida dos indivíduos, desde suas primeiras socializações afetivo-familiares – é fundamental para alicerçar a construção de competências educacionais que permitirão maior sucesso ao aluno em questão. Assim sendo, a escola não deveria ser vista como uma ferramenta isenta na reprodução e manutenção das relações sociais, ou ainda, peça chave para superação, ou não, nas condições de desigualdades postas pela ordem societária que ora vivenciamos. Ao contrário, devido à adoção consciente dos métodos aplicados nos sistemas de ensino, os colégios acabam por muitas vezes representar um instrumento que reforça as desigualdades, pois há o acesso desigual à cultura segundo a origem de classe.

Neste momento é possível lançar mão de outro conceito muito recorrente nas ciências sociais e também presente na obra de Bourdieu o de Habitus. Que seria

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, 1983, p. 65)

Assim compreendemos que as pessoas trazem consigo históricos de socializações distintos e internalizações também de ordens diferentes, e que essas são assimilações de

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



ordem social e cultural que culminam por constituir um sistema individual, mas que foi socialmente gerado a partir de experiências e práticas concretas e servem para balizar a ação do indivíduo em seu cotidiano. A educação, no contexto do Habitus, estaria organizada de maneira que produzisse um efeito profundo e duradouro naqueles que a frequentam. Mas diante das análises expostas previamente e entendendo que se para a aquisição do saber a realidade vivenciada pelo sujeito deve ser levada em conta, é possível fazer alguns questionamentos, tais como: se a bagagem cultural interfere tão diretamente no ambiente escolar a escola que ora se oportuniza pode alterar o paradigma socialmente vivenciado? Ou atuar para ser realmente uma educação libertadora e emancipatória? Bourdieu (1998c.) atenta que não podemos desconsiderar a sociedade na qual a escola está inserida, pois muitas vezes a violência simbólica se exerce pela escola e seus agentes, explicando que não raro o ideário presente na sociedade também se mostra dentro dos espaços escolares onde a dominação de uma camada social por outra se manifesta por meio da adoção de determinadas práticas e o impedimento de outras. O que, consecutivamente, culmina por glorificar um tipo específico de cultura, e por deslegitimar outras manifestações culturais e seus praticantes, por fim, desembocando numa reprodução da ordem societária estabelecida. Tudo isso deve ser levando em conta quando analisamos os resultados, por exemplo, do sucesso escolar ou a obtenção de um título acadêmico.

Por fim, gostaríamos de somar mais um elemento ao debate já posto. a questão do poder simbólico nas relações escolares. Dito de melhor forma, a partir de agora pretendemos analisar mais aprofundadamente acerca da interrelação entre o papel social desempenhado pelas mulheres e sua atuação no interior da política pública de Educação.

3 A MULHER NA EDUCAÇÃO.

A inserção da mulher no âmbito educacional é um fenômeno bastante recente, principalmente quando pensamos a mulher desempenhando papéis gerenciais. Ainda no Brasil colônia - por volta do século XVI - na própria metrópole não havia escolas voltadas

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



para o público feminino. A Educação delas era efetuada em casa e praticamente não havia a preocupação com o ensino das letras, assim, as portuguesas eram, na sua maioria, analfabetas. Por que então oferecer educação para mulheres ‘selvagens’, em uma colônia tão distante e que só existia para o lucro português? (Ribeiro, 2000, p.81).

A grande inserção do público feminino nas escolas do Brasil só ocorre após por volta do século XIX que a participação feminina iniciou-se, dentro da Educação formal. No que concerne a inserção da mulher no mercado de trabalho, até o início do século XX, não era possível ao gênero feminino trabalhar sem a autorização expressa de pais ou maridos, além de não poder exercer cargos dentro da esfera pública. Segundo Del Priore (1997) esse cenário só se altera por volta da 1ª e 2ª década do século XX, quando da após pressão decorrente das greves de operárias têxteis, que buscavam a regularização do trabalho feminino de modo geral, as mulheres passam legalmente a ingressar no serviço público. Já Ristoff,(2006) afirma que trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século 19; depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade.

Para dar um chão documental a tal fala valemo-nos dos dados disponibilizados pela Secretaria de educação do Estado do Ceará - SEDUC. Isto é, a rede estadual conta, atualmente, com 13.863 professores concursados em efetivo exercício, dos quais 7.423 são do sexo feminino. Além disso, 75% dos funcionários com cargos comissionados da Seduc/sede, das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes) e da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor) são mulheres. No entanto, quando analisamos a participação delas nas esferas superiores da Gestão Educacional essa participação despensa consideravelmente. A saber. Ao longo de toda a história da SEDUC somente quatro Mulheres foram empossadas Secretárias. São elas: Maria Antonieta Cals de Oliveira, em 1966; em 1991, assume Maria Luiza Chaves, em 2003 toma a frente da

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Secretaria Sofia Lerche Vieira e, por fim em 2007, Maria Izolda Cela de Arruda Coelho assume a pasta.²

Neste momento cabe mais uma reflexão, se as mulheres são maioria nos cargos executivos, porque ao longo dos anos também não são nos maiores cargos de comando? Para pensar em uma possível resposta mais uma vez voltamos nossos olhos para os textos de Bourdieu.

4 Gênero e o Poder Simbólico

Perrot (2017) explica que as mulheres sempre trabalharam, no entanto por seu trabalho ser de ordem doméstica não era valorizado, nem remunerado. Mas que nenhuma sociedade poderia ter sobrevivido sem o trabalho delas. É salutar ainda ressaltar que para as mulheres o processo não somente de trabalho no meio público ocorreu muito após o masculino, o de educação também só se institucionaliza com alguns séculos de diferença. Se pensarmos as mulheres em cargos de comando dentro da educação, essa inserção avança ainda no tempo.

Diante dessa diferença de tratamento entre homens e mulheres não é possível continuar esse estudo sem se valer dos escritos das precursoras do feminismo acerca da construção da temática Gênero e como ela se implementa socialmente.

Rubin (1993) apresenta em seus escritos o questionamento acerca da construção do feminino/masculino para além da dicotomia, vislumbrando a desnaturalização dos discursos que se apresentam historicamente como neutros e naturais, na busca por desnaturalizar a opressão imposta às mulheres. Isto porque acredita que em se tratando de Homens e Mulheres as diferenças biológicas são significadas e se mostram cotidianamente por meio

² FONTE <http://ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/15899-mulheres-conquistam-espaco-na-educacao-e-destacam-se-na-luta-pela-qualidade-do-ensino>

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



das performances sociais e até mesmo das subversões nas relações pessoais. Nas suas palavras,

o sistema sexo/gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, p.02, 1993).

Neste sentido é possível entender que a interrelação entre os conceitos de gênero e sexo não é de nenhuma maneira inata, antes disso, é uma construção de ordem social que entre outras coisas culmina por originar papéis sociais que desembocam por ratificar a opressão vivenciada pelas mulheres.

Uma segunda autora que necessitamos explorar na construção da categoria gênero é Scott (1995) por sua vez, esquematiza uma nova maneira de se pensar a categoria Gênero, alicerçando sua análise mediante a crítica de concepções que não levassem em conta a historicidade das categorias gênero e corpo. Assim, a autora salienta a utilidade analítica do conceito de gênero, e ressalta a necessidade de se pensar o gênero presente em outras dimensões sociais como na linguagem, nos símbolos, nas instituições. Dessa maneira, sair somente do pensamento dualista que recai diretamente no binômio homem/mulher, masculino/feminino. Outro aspecto que Scott analisa é que tanto a sociedade constrói o gênero quanto as relações de gênero fundam a sociedade e que essa relação culmina por gerar vivências hierarquizadas e assimétricas para homens e mulheres, como no caso da inserção tardia das mulheres na Educação Formal e no interior dos espaços públicos do mercado de trabalho.

Já Bourdieu (2005), analisa uma série de mecanismos pelos quais a dominação masculina se exerce - leia-se a dominação do feminino pelo masculino - principalmente se valendo de seus escritos predecessores sobre o Habitus e a Violência Simbólica, sendo esta última o poder que impõe significados, impondo-os como verdadeiros, de modo a maquiagem as relações de força/poder que sustentam a própria força.

Nesse sentido, a ordem social e seu sistema de estruturas seriam reproduzidas – não somente de maneira subjetivas, mas também de maneira objetiva e racional – por a

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



instituições que alicerçam a sociedade, por exemplo a família, a Igreja, o Estado, a Escola. Assim vivenciariamos não somente a realidade socialmente posta, mas também teríamos tanto as percepções dos indivíduos “de si e do outro” balizadas pela forma de ver o mundo que expõe as diferenças biológicas entre homens e mulheres como um fundamento natural. Isso incorporado por meio de sistemas de percepção que influenciaram não somente dominantes, mas também dominados. Entretanto não podemos deixar de fazer algumas críticas em relação a escrita do autor. E uma delas é que o autor quando escreve “A dominação masculina” não desenvolve a teoria de gênero e incorpora muito pouco dos estudos feministas de sua época.

CONCLUSÃO

Para compreendermos um objeto é antes de tudo necessário que lancemos mão de sua historicidade e da observação das possíveis relações de poder que ele encerra em si mesmo. Ao tratarmos de mulheres no interior da Política Pública de educação não podemos esquecer o lugar social destinado a elas e como estar em cargos de comando representa uma grande quebra de paradigma.

É salutar, entretanto, salientar que apesar das mulheres serem hoje a maioria das estudantes e professoras, quando falamos de gestoras o número recai muito. Por isso lançamos mão de todos os autores acima citados para finalizar este texto com a compreensão de que apesar da escolaridade feminina ter progredido, assim como sua participação no mercado de trabalho as mudanças culturais – quando pensamos em uma equiparação nos postos de comando entre homens e mulheres – são bem mais lentas e por isso os números referentes a essa igualdade ainda não são uma realidade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Pierre Bourdieu; trad. Maria Helena Kühner - 4º - Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



- _____. **Escritos em Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998a.
- _____. **O capital social – notas provisórias.** Em NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.) *Escritos de Educação.* 5ª ed., Petrópolis, RJ : Vozes, 1998b.
- _____. **Os Três estados do Capital Cultural.** In: NOGUEIRA, M.A. & CATANI, A. (orgs.). *Escritos da Educação.* Petrópolis: Vozes: 71-79,1998c.
- _____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.
- _____. (1983) **Sociologia.** (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática.
- BUTLER, Judith. (2003), **Problemas de gênero.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678 p.
- NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **A sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições.** Educação e Sociedade. V. 23 n. 78 SP, Campinas, 2002. Também disponível em www.scielo.br Acesso em 27/08/2017.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** São Paulo; Ed. Contexto, 2017.
- RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres Educadas na Colônia.** In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.) *500 anos de Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 79-94.
- RISTOFF, Dilvo. **A trajetória da mulher na educação brasileira. Diversidade e inclusão.** Folha de S. Paulo, 08 de Março de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868>
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo.** Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.
- SCAVONE, (2008). Lucila. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista?.** Estudos Feministas, vol.16, n.1, p.173-186.
- SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Educação e Realidade, V.20(2), 1995.